



Número: **0802368-79.2019.8.20.5100**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Terceira Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Amilcar Maia na Câmara Cível - Juíza Convocada Dra. Martha Danyelle Barbosa**

Última distribuição : **05/09/2022**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Processo referência: **0802368-79.2019.8.20.5100**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARINALDO HERCULANO DA SILVA (APELANTE)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELADO)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
18625918	13/03/2023 14:59	Intimação	Intimação

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Processo:	APELAÇÃO CÍVEL - 0802368-79.2019.8.20.5100
Polo ativo	MARINALDO HERCULANO DA SILVA
Advogado(s):	KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO
Polo passivo	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado(s):	LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PLEITO AUTURAL. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO NO PERCENTUAL DE 50% COMPROVADA POR PERÍCIA MÉDICA REALIZADA EM JUÍZO. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER FIXADA DE ACORDO COM A DEBILIDADE SOFRIDA, ATESTADA POR PERÍCIA MÉDICA. SÚMULA 474 DO STJ. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 70% PREVISTO NA TABELA DE GRADAÇÃO PARA O SEGMENTO CORPORAL AFETADO E DO PERCENTUAL DE PERDA DE 50% ATESTADO PELA AVALIAÇÃO MÉDICA. PAGAMENTO DO VALOR DEVIDO JÁ REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima identificadas:

Acordam os Desembargadores que integram a 3ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma, à unanimidade de votos, sem opinamento ministerial, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Marinaldo Herculano da Silva, em face da sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Assu/RN que, nos autos da Ação de Cobrança do seguro DPVAT, julgou improcedente a pretensão formulada na inicial.

Alega a parte apelante, em síntese, que o laudo pericial em juízo não retratou a situação física real do apelante, razão pela qual realizou contra prova, que concluiu pelo percentual de 75% de perda (natureza grave), o que foi desconsiderado pelo julgador.

Requer, ao final, que seja reformada a sentença a fim de julgar procedente a ação, levando em consideração o percentual de 75% de perda do membro inferior direito do autor.

Sem contrarrazões pela seguradora conforme certificado nos autos (Id. 16054578).

Instado a se pronunciar, o Ministério Público não opinou no feito (Id.17625900).

É o relatório.

VOTO

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

O mérito do recurso cinge-se em verificar se é devida alguma complementação do seguro já adimplido na esfera administrativa, conforme tabela de gradação prevista na lei de rege o seguro DPVAT, considerando o laudo pericial apresentado pelo autor como contraprova.

Em análise da sentença vergastada, verifico que o Magistrado *a quo* julgou improcedente o pleito autoral, por entender que o valor pago na esfera administrativa foi correto, eis que a invalidez permanente se limitou ao membro inferior direito, e no percentual de 50%.

De fato, no tocante à aplicação da gradação prevista na lei de regência do seguro DPVAT, entendo que agiu com acerto o Magistrado *a quo*, sendo oportuno destacar, inclusive, que o entendimento mais atual do STJ e desta Corte de Justiça é pela sua utilização independentemente da data do acidente, devendo, portanto, ser a indenização sempre paga de acordo com o grau da debilidade sofrida, nos termos da Súmula 474 do STJ.

Logo, estando correta a utilização da gradação para fins de pagamento do valor indenizável, cabe-nos apenas analisar o valor devido, de acordo com a tabela prevista na lei de regência.

Nesse aspecto, como já ressaltado em linhas passadas, percebe-se que o Magistrado *a quo* julgou improcedente a ação por levar em consideração a perícia médica realizada, que atestou a debilidade permanente do membro inferior direito em 50%.

De fato, analisando detidamente o laudo médico realizado em juízo, verifico que a lesão permanente da parte autora foi fixada pelo experto designado em juiz em 50% do seu membro inferior direito, percentual este igual àquele apurado na esfera administrativa e determinou o valor adimplido na esfera extrajudicial.

Não verifico qualquer mácula no laudo pericial realizado em juízo e acatado pelo juízo *a quo* a ponto de desconsidera-lo para que seja aceito aquele apresentado de forma unilateral pela parte autora, eis que o laudo realizado em juízo apresentou todas as informações determinantes e necessárias à fixação do grau da debilidade, bem como foi assinado por médico devidamente credenciado.

Assim, considerando o percentual de 50% atestado na perícia, e os 70% previstos para um dos membros inferiores na tabela de gradação prevista na legislação de regência, temos que o valor já adimplido na esfera administrativa foi correto, de acordo com o grau da lesão e o segmento corporal acometido.

Face ao exposto, tendo a seguradora ré pago na esfera administrativa o valor devido, de acordo com o grau da invalidez (50%) e o membro acometido (membro inferior direito), impõe-se o desprovisionamento do recurso da parte autora, a fim de manter a sentença recorrida em todos os seus termos.

Por conseguinte, majoro os honorários advocatícios sucumbenciais de 10% para 12% sobre o valor da causa, permanecendo estes com a exigibilidade suspensa em razão dos benefícios da justiça gratuita assegurados à autora.

É como voto.

Natal/RN, 28 de Fevereiro de 2023.